



# *Prefeitura Municipal de Domingos Martins*

## **Estado do Espírito Santo**

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

### **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – RELOCI – CONTAS DE GOVERNO**

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo – Controladoria Interna

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Domingos Martins

**Gestor Responsável:** Wanzete Kruger

**Exercício:** 2020

#### **1. RELATÓRIO**

##### **1.1. Introdução**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo, em conformidade com IN TCE-ES Nº 68/2020.

<b>1. Itens de Abordagem prioritária</b>						
<b>1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Documentos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra / Documento Selecionado</b>
1.1.1	<b>Prestação de contas anual – execução orçamentária</b>	Demonstrativos contábeis da receitas e relatórios da Gerência de Contabilidade e de Tributação	LC 101/2000, art. 58.	Avaliar se a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo evidencia o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para	Demonstrativos contábeis das receitas e relatórios da Gerência de Contabilidade e de Tributação	Demonstrativos contábeis das receitas e relatórios da Gerência de Contabilidade e de Tributação

				incremento das receitas tributárias e de contribuições.		
1.1.3	<b>Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.</b>	Processos de transferência de recursos à Câmara Municipal.	CRFB/88, art. 168	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Lançamentos contábeis do duodécimo/ repasse de recursos à Câmara Municipal.	Lançamentos contábeis mensais à Câmara Municipal.
<b>1.2. Gestão Previdenciária</b>						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.2.13	<b>Equilíbrio Financeiro e Atuarial</b>	Calculo Atuarial Realizado pelo RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou mantiver RPPS.	Relatório da Avaliação Atuarial Realizado pelo RPPS	Relatório da Avaliação Atuarial Realizado pelo RPPS
1.2.14	<b>Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento</b>	Orçamento e Cálculo Atuarial Realizado pelo RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Relatório do Calculo Atuarial Realizado pelo RPPS	Relatório do Calculo Atuarial Realizado pelo RPPS
<b>1.3. Gestão patrimonial</b>						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.3.6	<b>Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular</b>	Relatórios e documentos específicos da Gerência de Tributação	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	Relatórios e documentos específicos da Gerência de Tributação	Relatórios e documentos específicos da Gerência de Tributação
1.3.7	<b>Obrigações contraídas último ano mandato</b>	Listagem de Despesas e Fluxo de Caixa.	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	Listagem de Despesas e Fluxo de Caixa.	Listagem de Despesas e Fluxo de Caixa.
<b>1.4 Limites Constitucionais e Legais</b>						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.4.1	<b>Educação – aplicação mínima</b>	Demonstrativo 8 do RREO da LRF e Prestações de constas mensais enviadas ao Conselho do Fundeb	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	Demonstrativo 8 do RREO da LRF e listagem de transferência de recursos ao MDE.	Totalidade dos valores evidenciados no demonstrativo 8 do RREO da LRF e listagem de transferência de recursos ao MDE.
1.4.2	<b>Educação – remuneração dos profissionais do magistério</b>	Demonstrativo 8 do RREO da LRF.	CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 60% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	Demonstrativo 8 do RREO da LRF e listagem de transferência e aplicação de recursos do	Totalidade dos recursos transferidos e aplicados do FUNDEB, com base no

					FUNDEB.	demonstrativo 8 do RREO da LRF.
1.4.4	<b>Saúde – aplicação mínima</b>	Demonstrativo 12 do RREO da LRF e prestação de contas enviadas ao Conselho Municipal de Saúde	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	Demonstrativo 12 do RREO da LRF e listagem de gastos com recursos próprios da saúde.	Demonstrativo 12 do RREO da LRF.
1.4.7	<b>Despesas com pessoal – limite</b>	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.8	<b>Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato</b>	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.9	<b>Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato</b>	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.10	<b>Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações</b>	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.14	<b>Transferências para o Poder Legislativo Municipal</b>	Balancete de Receita do ano anterior, Base de cálculo de repasse ao legislativo e documentos de repasse ao legislativo.	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Balancete da receita do ano anterior, base de cálculo utilizada para repasse e documentos de repasse.	Balancete da receita do ano anterior, base de cálculo utilizada para repasse e documentos de repasse.

## 2. Itens de Abordagem Complementar

### 2.1 Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
2.1.1	<b>LDO – compatibilidade com Plano Plurianual.</b>	PPA, LDO e LOA, bem como leis de alteração.	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Totalidade do PPA, LDO e LOA e leis de alteração.	Totalidade do PPA, LDO e LOA analisado via sistema contábil.
2.1.5	<b>LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência</b>	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020 e seus anexos.	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020 e seus anexos de metas fiscais.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020 e seus anexos de metas fiscais.
2.1.6	<b>LDO – Anexo de Metas Fiscais Conteúdo</b>	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020 e seus anexos.	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020 e	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020 e seus anexos de

				Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	seus anexos de metas fiscais.	metas fiscais.
2.1.7	<b>LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência</b>	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020 e seus anexos.	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020 e seus anexos de riscos fiscais.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020 e seus anexos de riscos fiscais.
2.1.8	<b>LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo</b>	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020 e seus anexos.	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020 e seus anexos de riscos fiscais.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020 e seus anexos de riscos fiscais.
2.1.10	<b>LOA – compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.</b>	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).	CRFB/88, art. 165, § 7º.	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).
<b>2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Documentos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra / Documento Selecionado</b>
2.2.11	<b>Execução de despesas – créditos orçamentários</b>	Lei Orçamentária Anual de 2020, PPA, LDO e Créditos Adicionais Abertos.	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Lei Orçamentária Anual de 2020, PPA, LDO e Créditos Adicionais Abertos	Lei Orçamentária Anual de 2020, PPA, LDO e Créditos Adicionais Abertos
2.2.13	<b>Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura</b>	Créditos Adicionais Abertos e alteração da LOA	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Créditos Adicionais Abertos e alteração da LOA	Créditos Adicionais Abertos e alteração da LOA
2.2.14	<b>Créditos adicionais – decreto executivo</b>	Listagem dos créditos adicionais abertos. Ato legal para abertura.	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Atos legais para abertura de créditos adicionais.	Listagem dos atos legais utilizados para abertura de créditos adicionais.
2.2.19	<b>Créditos extraordinários – abertura</b>	Listagem dos créditos adicionais abertos. Ato legal para abertura.	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	Atos legais para abertura de créditos adicionais.	Listagem dos atos legais utilizados para abertura de créditos adicionais.
2.2.21	<b>Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais</b>	Ações de transparência dos atos de gestão e instrumentos de planejamento da ação governamental.	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Portal da transparência e análise das publicações dos RREO e RGF.	Portal da transparência e análise das publicações dos RREO e RGF.

## 1.2. Constatações e Proposições

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

1. Itens de abordagem Prioritária			
1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.1	<p>Da análise da Prestação de Contas anual do chefe do Poder Executivo, principalmente, os balancetes da receita referentes ao ano 2020 e de anos anteriores, pode-se observar o impacto da pandemia nos demonstrativos. Verificou-se que houve perda de arrecadação, no âmbito do órgão Prefeitura, em relação a impostos como, por exemplo, o ISS, que chegou a arrecadar a menos que o orçado para o ano, cerca de R\$727.000,00. Em compensação, o Fundo Municipal de Saúde - FMS que não apresentava diferenças relevantes entre o orçado e arrecadado em anos anteriores, em 2020 recebeu a mais cerca de R\$6.000.000,00 devido as transferências de outros entes para enfrentamento da pandemia.</p> <p>Diante o exposto, no demonstrativo consolidado a arrecadação ainda foi maior que o previsto para o ano.</p> <p>Conforme especificado no ponto 1.3.6, houve por parte da Administração Municipal empenho para recuperação de créditos pela Gerência de Tributação. Ademais, em acompanhamento ao Plano de Ação de Receitas Tributárias, originado de auditoria do TCE-ES, o setor de fiscalização informou que foram iniciados procedimentos fiscais para combate a sonegação, mas houve postergação de algumas atividades diante da situação da pandemia e demandas específicas originadas que exigiram a atuação dos fiscais.</p>	<p>Considerando a situação excepcional ocorrida no exercício 2020, devido a pandemia do COVID-19, nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, e a Controladoria permanece acompanhando o Plano de Ação de Receitas Tributárias municipal.</p>	Regular.
1.1.3	<p>Da análise do relatório contendo os repasses mensais dos duodécimos ao legislativo municipal, constatou-se que, exceto o mês de junho, os demais meses foram realizados nos prazos legais, conforme previsto no § 2º, inciso II, art. 29-A da CF, alterado pela EC nº 58 de 2009.</p> <p>Em consulta a Secretária da Fazenda para averiguar o ocorrido, esta esclareceu que o repasse referente ao mês de junho não obedeceu o prazo legal devido a data 20/06/2020 ter sido no sábado e por um lapso da Tesoureira o depósito não foi realizado em tempo hábil, porém foi regularizado imediatamente na segunda-feira (22/06/2020).</p>	<p>Diante do ocorrido, foi recomendado a Secretária da Fazenda o acompanhamento regular dos repasses, a fim de evitar descumprimentos de prazo.</p>	Regular, com ressalva.
1.2. Gestão Previdenciária			

<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
<b>1.2.13</b>	A Avaliação Atuarial do IPASDM, realizada em 2021 com Base no ano de 2020, demonstrou que o plano de custeio adotado pelo Município (Lei Municipal Nº 2947/2020) mostra-se insuficiente, conforme se observa do item 13.1.9, caracterizando o desequilíbrio atuarial do Instituto.	Acompanhamento junto a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos das medidas adotadas para sanar o desequilíbrio apresentada na Avaliação Atuarial.	Em andamento
<b>1.2.14</b>	<p>Da análise da Avaliação Atuarial verificou-se que o plano de custeio adotado em lei (Lei Municipal Nº 2947/2020) mostra-se insuficiente, conforme se observa do item 13.1.9 Plano de custeio a ser implementado e medidas para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.</p> <p>De acordo com a avaliação atuarial 2021, está sendo recomendado ao Município a prática adequada de alíquotas de Contribuição Normal, conforme se depreende do item 14.5.</p> <p>Verifica-se que a insuficiência do plano de amortização do déficit em curso exige revisão, obedecendo a Portaria MF nº 464/2018, e para isso, foram apresentados 03 (três) cenários distintos (itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3).</p>	Acompanhamento junto a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos das medidas adotadas para sanar a insuficiência apresentada na Avaliação Atuarial.	Em andamento
<b>1.3. Gestão Patrimonial</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
<b>1.3.6</b>	<p>Da análise dos relatórios e documentos elaborados pela Gerência de Tributação, bem como consulta à Gerente responsável, verificou-se que estão sendo adotadas regularmente medidas, com vistas à cobrança da dívida ativa, emitindo notificação amigável ao contribuinte em dívida, e se não regularizado o débito, segue-se com o envio para protesto em cartório, e por fim, se ainda não quitado, providencia-se o envio para execução judicial.</p> <p>No ano de 2020 foi arrecadado o valor de R\$704.158,32 referentes a cobrança de dívida ativa.</p>	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a adequada adoção de medidas de cobrança de dívida ativa e demais créditos tributários.	Regular
<b>1.3.7</b>	<p>Da análise do relatório de despesas da Prefeitura, contraídas no período de 01/05/2020 à 31/12/2020, e do fluxo de caixa das disponibilidades financeiras, ambos por fonte de recurso, constatou-se que existiam obrigações empenhadas e liquidadas a pagar (resto a pagar não-processado e processado) no final do exercício, sem cobertura financeira disponível para o exercício seguinte, como por exemplo, nas fontes 540 – Transferências dos Estados Referente Royalties de Petróleo e 390 – Outros Recursos Vinculados a Assistência Social.</p> <p>A Contabilidade esclareceu que os valores constantes na fonte de recurso próprio supriam os valores identificados, o que foi verificado nos relatórios, porém, mesmo diante do esclarecimento, recomendou-se o controle das despesas que viram o exercício como restos a pagar e das devidas disponibilidades financeiras, por fonte de</p>	A Controladoria se reuniu com a Secretária da Fazenda, expondo os achados e recomendou o controle minucioso sobre os valores que ficam em restos a pagar para o exercício seguinte e as disponibilidades financeiras correspondentes em cada fonte de recurso, em conformidade com art. 42 da Lei nº 101/2000, por mais que existam recursos próprios que supram esses valores, o que pode ser objeto de apontamentos pelo Tribunal de Contas.	Regular



	recurso, atentando-se a valores que ficam com insuficiências.		
<b>1.4. Limites constitucionais e legais</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
<b>1.4.1</b>	Da análise do demonstrativo VIII do RREO previsto na LRF, constatou-se que o município cumpriu com a aplicação mínima de recursos na educação prevista no art. 212 da CF e Resolução nº. 238/2012 do TCEES, apresentando índice superior, de 28,95%.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento da aplicação mínima em educação.	Regular.
<b>1.4.2</b>	Da análise dos recursos transferidos para o FUNDEB e os valores aplicados, constatou-se o cumprimento do limite mínimo de aplicação de 60% com profissionais da educação básica, conforme disposto no art. 22 da Lei 11.494/2007, apresentando índice de 78,85%.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento da aplicação mínima de gasto com profissionais da educação básica.	Regular.
<b>1.4.4</b>	Da análise do demonstrativo XII do RREO previsto na LRF, verificou-se que o município cumpriu com a aplicação mínima de recursos na saúde, conforme disposto na LC 141/2012 e Resolução 248/2012 do TCEES, apresentando índice superior, de 22,52%.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento da aplicação mínima em saúde.	Regular.
<b>1.4.7</b>	Da análise do demonstrativo da despesa com pessoal (Anexo I do RGF), constatou-se que o município cumpriu com o disposto tanto no art. 19 quanto no art. 20 da LRF, a respeito do gasto com pessoal, dado que o valor (40,07%) ficou abaixo do limite prudencial (51,3%) previsto no parágrafo único do art. 22 da LRF.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 19 e art. 20 da LRF.	Regular.
<b>1.4.8</b>	Da análise do demonstrativo da despesa com pessoal (Anexo I do RGF), verificou-se que o município cumpriu com o disposto tanto no art. 19 quanto no art. 20 da LRF, a respeito do gasto com pessoal, dado que o valor (40,07%) ficou abaixo do limite prudencial (51,3%) previsto no parágrafo único do art. 22 da LRF, não havendo, portanto, violação do disposto no art. 21 da LRF.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 19 e art. 20 da LRF.	Regular.
<b>1.4.9</b>	Considerando a análise do Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF, do 01º e 02º semestre do exercício de 2020, observou-se que houve redução no índice de despesa com pessoal, de 43,86% para 40,07%.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que houve redução do índice de pessoal no 02º semestre de 2020, em relação em 01º semestre de 2020.	Regular.
<b>1.4.10</b>	Da análise do demonstrativo da despesa com pessoal (Anexo I do RGF), constatou-se que o município cumpriu com o disposto no parágrafo único do art. 22 da LRF.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 22 da LRF	Regular.
<b>1.4.14</b>	Da análise do balancete da receita do ano anterior e do relatório de repasse para o legislativo, que demonstram a base de cálculo do repasse efetuado ao legislativo municipal, constatou-se que o mesmo está dentro dos limites estabelecidos no § 2º do art. 29-A da CF.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que os repasses realizados estão de acordo com o disposto no § 2º do art. 29-A.	Regular.
<b>2. Itens de Abordagem Complementar</b>			

<b>2.1 Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
<b>2.1.1</b>	Da análise da LDO para 2020 observou-se que suas diretrizes e metas e seus objetivos, estavam compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a compatibilidade entre LDO e PPA.	Regular.
<b>2.1.5</b>	Da análise da LDO para 2020, constatou-se a presença do anexo de metas fiscais, estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a presença do Anexo de metas fiscais na LDO com as informações correspondentes.	Regular.
<b>2.1.6</b>	Da análise da LDO para 2020 e seus anexos, constatou-se que os demonstrativos do Anexo de Metas Fiscais foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que os demonstrativos foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN,	Regular
<b>2.1.7</b>	Da análise da LDO para 2020, constatou-se que a mesma evidenciou o anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a presença do Anexo de Riscos Fiscais na LDO.	Regular.
<b>2.1.8</b>	Da análise da LDO para 2020 e seus anexos, constatou-se que o demonstrativo de Riscos Fiscais foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela STN.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que o demonstrativo de Riscos Fiscais foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela STN.	Regular
<b>2.1.10</b>	Da análise da LOA observou-se que todos os programas e atividades previstas na mesma estavam compatíveis com a LDO e com o PPA, sendo que os novos programas e atividades foram incluídos por meio de Lei.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a compatibilidade das ações e programas da LOA com a LDO e o PPA.	Regular.
<b>2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
<b>2.2.11</b>	Da análise da LOA e dos relatórios de despesas, verificou-se que não houve realizações de despesas que excederam os créditos orçamentários previstos ou adicionais.	Nenhuma proposição foi sugerida tendo em vista que as despesas previstas não excederam os créditos orçamentários previstos ou adicionais.	Regular.
<b>2.2.13</b>	Da avaliação dos créditos adicionais realizados no exercício de 2020, verificou-se que os mesmos foram previamente autorizados por lei, bem como indicaram os recursos correspondentes.	Nenhuma proposição foi sugerida tendo em vista que os créditos adicionais abertos no exercício de 2020, possuíam autorização legislativa e indicaram devidamente os recursos correspondentes.	Regular.
<b>2.2.14</b>	Da análise dos créditos adicionais abertos, constatou-se que foram abertos mediante decreto do executivo, nos termos do art. 42 da Lei 4.320/64.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que os créditos adicionais avaliados foram abertos por Decreto do Executivo.	Regular.
<b>2.2.19</b>	Da análise dos créditos adicionais abertos no exercício de 2020, constatou-se que não houve abertura de crédito adicional	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que não houve abertura de crédito adicional	Regular.



	extraordinário.	extraordinário.	
<b>2.2.21</b>	Da análise do site oficial da Prefeitura de Domingos Martins foi possível verificar que são publicados os Relatórios previstos na LRF – RREO e RGF; no Portal da Transparência do Município, verificou-se a publicação dos instrumentos de planejamento da ação governamental (PPA, LDO e LOA), os balancetes mensais e os balanços anuais, bem como os previstos na LRF, RREO e RGF.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que o município deu publicidade e transparência aos instrumentos de planejamento, RREO e RGF, e balancetes mensais e anuais.	Regular.

### 1.3. Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

Na elaboração da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, foram extraídas informações constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2020; na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2020; nas Demonstrações Contábeis do Município, nos relatórios exigidos pela Lei Complementar 101/2000 – LRF (Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal) e Balanços referentes ao exercício financeiro de **2020**.

A execução da despesa consolidada foi fixada no montante de **R\$ 130.000.000,00** (cento e trinta milhões de reais). No decorrer do exercício, foram abertos créditos adicionais que geraram uma despesa atualizada total de **R\$ 152.394.821,96** (cento e cinquenta e dois milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e noventa e seis centavos).

Em relação à despesa fixada e executada na Lei de Orçamento para o exercício de 2020, bem como nos créditos adicionais abertos, observou-se uma economia na execução da mesma da ordem de **R\$ 31.724.652,66** (trinta e um milhões, setecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e seis centavos), de acordo com tabela abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Despesa total atualizada	152.394.821,96
Despesa empenhada	120.670.169,30
<b>Economia na execução da Despesa</b>	<b>31.724.652,66</b>

Confrontando os dados da despesa executada com os de receita arrecadada, verificou-se que não houve déficit na execução orçamentária do exercício de 2020, mas sim, um superávit orçamentário consolidado de **R\$ 21.831.189,40** (vinte e um milhões, oitocentos e trinta e um mil, cento e oitenta e nove reais e quarenta centavos), conforme demonstrado no quadro abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Receita Total Arrecadada	142.501.358,70

Despesa Total Realizada	120.670.169,30
<b>Superávit Orçamentário em 2020</b>	<b>21.831.189,40</b>

Logo, no que se refere à gestão fiscal, constatou-se que o município superou a meta de arrecadação prevista para o exercício.

Sobre a programação dos instrumentos de planejamento da ação governamental, identificou-se que os programas e ações previstos no Plano Plurianual de 2018-2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentária de 2020 foram executados através do Orçamento Anual de 2020 em total conformidade com a programação e metas previstas.

No que concerne ao controle patrimonial constatou-se que o município buscou no decorrer do exercício de 2020 implementar o devido controle e mensuração dos bens patrimoniais, por meio de levantamento de informações junto aos setores responsáveis pela guarda dos mesmos, e do fortalecimento da atuação da Comissão de Controle e Acompanhamento de Avaliação Patrimonial, em atendimento aos dispositivos legais pertinentes.

Por fim, em relação ao gasto com pessoal, constatou-se que o município não extrapolou o limite máximo previsto no art. 20 da LRF que é de 54%, nem tão pouco extrapolou o limite prudencial previsto no Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30%, ou o limite de alerta emitido pelo TCE-ES, apurando o percentual de **40,07%** no final do exercício.

Dessa forma, conclui-se que a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal do município de Domingos Martins no exercício de 2020, obedeceu aos princípios da eficácia, eficiência e economicidade.

#### **1.4. Da Gestão Previdenciária**

No que diz respeito à gestão previdenciária, constatou-se, por meio da análise dos demonstrativos contábeis apresentados na PCA de 2020, que o município recolheu de forma tempestiva todas as obrigações patronais a ele impostas, bem como efetuou o devido repasse ao Regime Próprio de Previdência – IPASDM e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS das contribuições retidas de servidores e terceiros, não incorrendo desta forma, em apropriação indébita e ausência de recolhimento de contribuição patronal.

## **2. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob responsabilidade do senhor Wanzete Kruger, Excelentíssimo Prefeito do Município de Domingos Martins relativa ao exercício de 2020.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas está regular.

Domingos Martins - ES, 19 de abril de 2021

Márcia d'Assumpção  
Controladora Interna

Franciele Luzia Holz  
Auditora Pública Interna – Matrícula nº 12640